

Políticas Públicas e Fonoaudiologia: Conhecimento da População

Beatriz Araujo dos Santos (IC); Maria Cecília M.P. Lima (PQ)

Resumo

A atuação fonoaudiológica engloba ações de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diversos aspectos relacionados à comunicação humana em todo o ciclo vital e inserindo-se em unidades básicas de saúde, ambulatorios de especialidades, hospitais, unidades educacionais, domicílios e outros recursos da comunidade. Os usuários podem atuar na formulação de estratégias e no controle de execução das políticas de saúde, mas para isso precisam conhecê-las. Diante disso, este estudo teve como objetivos conhecer o quanto a população sabe acerca das políticas públicas em fonoaudiologia.

Palavras Chave: políticas públicas, fonoaudiologia, usuários.

Introdução

A garantia à saúde, estado de bem estar biopsicossocial, é um dever do estado e consiste em formular e executar políticas econômicas e sociais visando a redução de riscos de doenças e de outros agravos e estabelecendo condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.⁽¹⁾⁽²⁾

As ações e serviços públicos em fonoaudiologia, que junto com os outros serviços integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal e obedecem alguns princípios. Dentre eles o que diz respeito à divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.⁽¹⁾

Apesar deste princípio e da garantia prevista de que os usuários podem atuar na formulação de estratégias e no controle de execução das políticas de saúde, muitos profissionais têm demonstrado dúvidas quanto ao conhecimento da população sobre isso.⁽³⁾

Diante disso, este estudo teve como objetivos conhecer o quanto a população sabe acerca das políticas públicas em fonoaudiologia e também propor uma reflexão sobre como têm sido os meios de divulgação e acesso à estas políticas e sua efetividade.

Resultados e Discussão

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da faculdade de Ciências Médicas da Unicamp sob parecer número 888.9720/14.

Constituíram-se sujeitos deste estudo os pacientes e acompanhantes com idade igual ou superior à 18 anos que frequentaram o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto (CEPRE), no período de novembro a dezembro de 2014. Para coleta de dados foi aplicado questionário semiaberto elaborado com

base em Leis e Portarias que dispõe sobre questões ligadas à Fonoaudiologia. Os resultados encontrados evidenciaram que os participantes da pesquisa demonstraram mais conhecimento em relação à Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS (81%) e à Triagem Auditiva Neonatal (81%). Poucos conheciam o Programa de Saúde Vocal para Professores (19%) e a Portaria sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (37%).

Conclusões

Conclui-se com esse estudo que o conhecimento da população em relação às políticas públicas de saúde ligadas à área de conhecimento da fonoaudiologia é limitado. Mesmo nas questões em que foi encontrado alto número de pessoas que já tinham ouvido falar a respeito do que era perguntado, a parte qualitativa da pesquisa evidenciou que esse conhecimento é superficial.

Dessa forma, conclui-se também que para que atue como agente capaz de transformar e/ou interferir nas políticas públicas, direcionando-as à promoção de sua própria saúde, ainda há necessidade de esforços no sentido de divulgação e formação.

Agradecimentos

Agradeço aos usuários pela participação e ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

(1) Conselho Regional de Fonoaudiologia. **Atuação fonoaudiológica nas políticas públicas: subsídios para construção, acompanhamento e participação dos fonoaudiólogos**. 2ª Região- São Paulo. Ed. Yendis. 2006.

(2) AZEREDO E. **Língua Brasileira de Sinais: Uma Conquista Histórica**. SENADO FEDERAL, Secretaria especial de editoração e publicações. OS: no 03747/2006.

(3) GENTIL RM, LEAL SMR. **Avaliação da resolutividade e da satisfação da clientela de um serviço de referência secundária em oftalmologia da Universidade Federal de São Paulo**. Arq Bras Oftalmol 2003;66:159-65..